

Termo de Referência 32/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2024	926753-CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	RICARDO TEJADA	01/11/2024 17:43 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		075/2024

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, licenças de software, entrega dos equipamentos, montagem, instalação, configuração, ativação, migração, validação de ambiente de teste e ambiente de produção com assessoria e treinamento, nos termos da tabela do Apêndice III do Anexo I – Tabela dos itens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER / CATMAT	Descrição	Marca de referência	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	459951	<b>Servidor</b> com processador Xeon-Silver 4514Y 2.0GHz 16-core 150W, 256Gb memória RAM, armazenamento 2 x 480Gb Sata 6G, porta iLO de gerenciamento remoto, USB3.0, placa de rede ETH 1Gb – 8 portas, Adaptador com 2 portas de fibra 32Gb, Gabinete 2U para rack, 5 anos de garantia 24x7, com tempo de solução de 6h. <b>Conforme detalhes neste termo de referência e no ETP.</b>	HP - Hewlett Packard	2	Unidade	R\$138.834,10	R\$277.668,20
02	478077	<b>Storage</b> com 4 portas FC 16Gb, 17 TiB por Controladora, 9 discos SAS 12G 2.4Tb 10k SFF (2.5 in), total de 4 gavetas, suporta até 24 discos na gaveta principal (total 96 discos), 8 cabos LC/LC multimodo OM4		1	Unidade	R\$214.400,00	R\$214.400,00

		2 fibras 5 metros cada; 5 anos de garantia 24x7, com tempo de solução de 6h. <b>Conforme detalhes neste termo de referência e no ETP.</b>	HP - Hewlett Packard				
03	459951	<b>Servidor</b> com processador Xeon-Silver 4514Y 2.0GHz 16-core 150W, 64Gb memória, armazenamento 2 x 480Gb Sata 6G, porta iLO de gerenciamento remoto, micro SD slot, USB3.0, placa de rede ETH 1Gb – 8 portas, Smart Array 8 baias externas 12G SAS Controladora PCIe plug-in , Gabinete 2U para rack, 5 anos de garantia 24x7, com tempo de solução de 6h. <b>Conforme detalhes neste termo de referência e no ETP.</b>	HP - Hewlett Packard	1	Unidade	R\$145.053,87	R\$145.053,87
04	394040	<b>Switch</b> 1U, 24 portas RJ45 10/100/1000 + 2 portas SFP+, 2 transceivers SFP/SFP+ 1Gb/10Gb. <b>Conforme detalhes neste termo de referência.</b>	HP - Hewlett Packard	2	Unidade	R\$7.323,53	R\$14.647,06
05	400431	<b>PDU</b> básica modular HPE G2, 100-240 V, 16 A com capacidade de carga 3,6 kVA, entrada IEC C20 tomadas C13 e 2 tomadas C19, modelo vertical, internacional.  <b>(Régua de tomadas)</b>	HP - Hewlett Packard	2	Unidade	R\$2.900,00	R\$5.800,00
06	27464	Microsoft <b>Windows</b> Server 2022 <b>Datacenter</b> 16 core (20 VMs)	Microsoft	2	Licença	R\$59.451,16	R\$118.902,32
07	27464	Microsoft <b>Windows</b> Server 2022 <b>Standard</b> (Backup Server)	Microsoft	1	Licença	R\$9.719,00	R\$9.719,00
08	27464	Microsoft <b>Windows</b> Server 2022 - 1 Device <b>CAL</b>	Microsoft	80	Licença	R\$307,25	R\$24.580,00
09	27464	Microsoft <b>Windows</b> Server 2022 <b>Remote Desktop Services</b> - 1 Device <b>CAL</b>	Microsoft	20	Licença	R\$1.238,06	R\$24.761,20
10	27464	Microsoft <b>SQL</b> Server 2022 <b>Standard</b> <b>CAL</b> pack	Microsoft	8	Licença	2.219,11	R\$17.752,88

11	27464	Microsoft <b>SQL</b> Server 2022 <b>Standard</b>	Microsoft	<b>1</b>	Licença	R\$8.800,00	R\$8.800,00
12	27464	<b>VMware vSphere®7</b> Standard per CORE Subscription 5y–Setor Público E-LTU	Broadcom VMware	<b>1</b>	Licença	R\$107.500,00	R\$107.500,00
13	27464	<b>Veeam</b> Data Platform Essentials Universal 5y Subscription License	Veeam	<b>4</b>	Licença	R\$17.550,00	R\$70.200,00
14	26972	Prestação de serviço de Montagem, instalação, configuração, ativação, migração, validação de ambiente de teste e produção e documentação (as built). <b>Conforme detalhes neste termo de referência e no ETP.</b>	Empresa certificada pelo(s) fabricante (s)	<b>1</b>	Unidade Serviço Técnico	R\$66.850,00	R\$66.850,00
<b>Valor total estimado &gt;&gt;&gt;</b>							<b>1.106.634,53</b>

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são equipamentos e licenças de softwares tradicionalmente padronizados pelo mercado de Tecnologia da Informação.

1.4. <suprimido>

1.4.1. <suprimido>

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar relativo a este Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em estrutura de tecnologia da informação com capacidade para atender as demandas do órgão de maneira satisfatória, afim de garantir a continuidade dos negócios, com base na atividade fim que é o atendimento ao Representante Comercial em suas demandas associadas a atividade do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – CORE-SP.

2.3. O objeto da licitação tem a natureza de equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

## 3. Fundamentação e descrição da necessidade

### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo - CORE-SP é uma autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional, criada pela Lei nº 4.886/65. Trata-se de um órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de representante comercial nesse Estado, composta por 12 unidades seccionais, distribuídas pelo interior e litoral do Estado de São Paulo, além de sua Sede, na capital do Estado. Sua infraestrutura de TIC institucional que abrange componentes de hardware e software, mantém todos os processos das atividades meio e fim institucionais em diferentes sistemas de informação.

3.1.2. Estes sistemas de informação serão executados em máquinas virtuais (MVs) hospedadas na infraestrutura de virtualização mantida no data center institucional desde o ano de 2014. Estas MVs ou VMs (Virtual Machine) são organizadas em ambientes separados, que identificam o estágio da solução em software sendo desenvolvida ou projetada para implantação (ambiente para o estágio de desenvolvimento, de testes, de homologação e de produção).

3.2. Uma das técnicas fundamentais das boas práticas em TI para a garantia da integridade e disponibilidade da informação, pilares da segurança da informação é: manter uma infraestrutura atualizada e portanto, capaz de receber as últimas versões dos componentes de software, as atualizações de segurança, que possuam garantia por parte dos fabricantes, que estejam em período de vida útil principalmente do ponto de vista de suporte técnico, incluindo toda a diversidade da solução tecnológica implantada neste Conselho.

3.3. Dentre os diversos softwares envolvidos na solução de TIC, encontra-se instalado o Veeam Backup and Replication versão 9.5, em produção na instituição desde 2014. Este software necessita de atualizações do fabricante para pacotes de segurança e funcionalidades, objetivando atender a recomendação 51/2022 do CTIR-Gov, a qual versa sobre a atualização do Veeam Backup and Replication para a versão v11. Esta atualização somente é possível com o suporte ativo da ferramenta ou dispondo-se de licenças para sua versão mais atual.

3.3.1. Considerando a criticidade da demanda envolvida, a necessidade de adequação para atendimento da Recomendação 04 /2022 do CTIR-Gov e responsabilidade de salvaguarda e preservação segura dos dados da instituição, é imprescindível a aquisição de licenças perpétuas do software Veeam Backup & Replication Universal para o setor público, incluindo o pacote Enterprise Plus Edition com suporte de 5 anos, capaz de fazer backup de até 20 Máquinas Virtuais (MVs) para atender as demandas deste órgão.

#### **3.4. Estimativa da demanda**

3.4.1. A versão do Veeam Backup and Replication atualmente em produção (versão 9.5) utiliza o licenciamento baseado em números de sockets de processador.

3.4.1. O ambiente de infraestrutura de aplicações tem como unidade básica de organização uma máquina virtual (MV ou VM - Virtual Machine), onde executa um sistema operacional de servidor que serve de base para a execução de aplicações de diversas origens.

3.4.2. A infraestrutura de aplicações institucionais é composta por 4 (quatro) ambientes virtualizados (desenvolvimento, testes, homologação e produção) distribuídos em 2 servidores físicos com 2 sockets de processamento.

3.4.3. Considera-se então para a estimativa da demanda o número de 20 (vinte) máquinas virtuais (MVs) que necessitam de software de Sistema Operacional, serviço de backup e restauração, responsáveis pela infraestrutura de rede, autenticação, repositório e infraestrutura de aplicações institucionais do ambiente de produção.

#### **3.5. Parcelamento da Solução de TIC**

3.5.1. A solução adotará o especificado no item 9 (DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) e seus subitens deste Termo de Referência.

#### **3.6. Resultados e Benefícios a serem alcançados**

3.6.1. Atendimento às recomendações 04/2022 e 51/2022 do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov).

3.6.2. Ampliar a garantia da segurança dos dados institucionais ao manter-se uma solução de infraestrutura atualizada.

3.6.3. Aderência a padrões adotados pelo mercado para a proteção contra ameaças de segurança da informação, como, por exemplo, a realização de backups com imutabilidade.

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos de Negócio

De maneira inicial e não exaustiva podemos listar as seguintes necessidades de negócio:

**Solução de Infraestrutura de SERVIDORES para virtualização:** Tratam-se de servidores físicos, que em conjunto, constituem um cluster formado por duas máquinas, capazes de suportar até 20 Servidores Virtuais utilizando um sistema de gerenciamento de servidores virtuais como o VMware da Broadcom associados à um sistema de armazenamento de Discos (Storage)

- 02 (dois) Servidores de arquitetura x64 com suporte a pelo menos 02 (dois) processadores de tecnologia multi-core;

Compatível com rack padrão 19';

Ocupar 2U de espaço no rack;

Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

Vir acompanhado dos acessórios necessários para montagem em rack padrão 19'.

Deve possuir 01 (um) processador, originalmente concebidos para servidores. O padrão de arquitetura do processador deverá ser x64;

No mínimo 16 (dezesesseis) núcleos físicos;

Frequência base de clock de no mínimo 2.0 GHz;

Deve possuir, no mínimo, 30 MB de memória cache;

A velocidade do barramento de comunicação do processador com o restante do sistema deverá ser de no mínimo 16 GT/s. Suporte a tecnologia de virtualização VT-d (Virtualization Technology for Directed I/O), IOMMU (input/output memory management unit), ou equivalente;

Ter sido fabricados com tecnologia de litografia de, no máximo, 10nm.

Deverá ter índice baseline CPU2017 Integer Rates (<http://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=rint2017>) auditado pelo SPEC.ORG de no mínimo 265 pontos para 02 (dois) processadores. Não serão aceitas estimativas para modelos de servidores não auditados.

O índice apresentado deverá ser baseado em SPEC auditado para o mesmo modelo da família de servidores ofertados neste edital (marca e modelo).

No mínimo, 256 GB de memória RAM em cada servidor;

Memória do tipo DDR5 ECC padrão RDIMM Dual Rank x4;

Cada módulo de memória RAM deve ter, no mínimo, 5600 MHz de velocidade;

O servidor deverá suportar expansibilidade de pelo menos 32 slots DIMM.

Deverá possuir BIOS/UEFI do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável;

A inicialização do servidor deverá ser realizada na sequência definida pelo usuário (Armazenamento interno, placa de rede, etc.);

Deverão possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o servidor e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS/UEFI.

Possuir no mínimo 03 (três) interfaces USB sendo, no mínimo 02 (duas) destas interfaces no padrão 3.0 e pelo menos 01 (uma) interface na parte frontal;

Suportar no mínimo 06 (seis) interfaces PCIe 5.0;

Possuir 08 (oito) portas de rede de 1GbE BASE-T;

Possuir 02 (duas) portas Fibre Channel de no mínimo 32 Gb;

Conexão dos discos rígidos com suporte à tecnologia hot-swap;

Suporte aos padrões SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;

Controladora RAID dedicada com suporte a RAID 0/1/5/6/10/50/60. Se for necessário algum licenciamento para habilitar os modos RAID especificados, tal licenciamento deve acompanhar a controladora;

Memória cache de no mínimo 8 GB, independentemente da memória RAM do servidor, e esta deve vir devidamente instalada; Controladora com bateria para proteção dos dados em caso de falta de energia; A configuração de RAID deve

abranjer todos os slots para discos rígidos fornecidos; Recursos de hot-swap (troca de disco sem a necessidade de reinicializar o servidor) para as unidades de disco rígido, permitindo a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução de discos dos volumes de RAID, de forma automática, sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento; Tecnologia SMART para detecção de problemas potenciais.

Possuir no mínimo 08 (oito) baias para discos de 2.5 polegadas;

Possuir 02 (dois) discos SSD padrão SATA, com no mínimo 480 GB cada.

Fontes redundantes, de 100 a 240 VAC, e 50 a 60 Hz, com a potência adequada ao pleno funcionamento do equipamento;

Fontes hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;  
Certificação 80Plus, no mínimo, categoria PLATINUM;  
Cada fonte deve ter potência mínima de 750W;

O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento “out-of-band”, ou seja, gerenciamento do equipamento mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante. Deve possuir interface exclusiva para utilização em rede de gerenciamento dedicada, não sendo essa interface de controladora de rede;

A placa de gerenciamento deve ser do mesmo fabricante do servidor mantendo sua total compatibilidade com o mesmo e integração total com software de gerenciamento. Tal solução deve possuir as seguintes características:

Se utilizar de protocolos para criptografia padrão SSL e SSH, no mínimo, para acesso a console de gerenciamento WEB;  
Acesso via console web, com definição de direitos administrativos;  
Deve permitir acesso remoto a console (teclado, mouse e monitor) no modo gráfico do sistema operacional ou quando ele estiver inoperante;  
Deve informar o status do equipamento indicando componentes com falha e log de ocorrências;  
Deve permitir a configuração remota e boot do equipamento através de driver virtual (CD, DVD) ou arquivos de imagem (ISO e IMG) localizado em estação remota;  
Deve permitir a ativação e desativação do servidor (power on/off) mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional.

Disponibilizar solução cliente-servidor de software de gerenciamento (cliente/agente e console/gerente). A solução deve ser compatível com o padrão IPMI 2.0 e suportar, no mínimo, os seguintes recursos:

Permitir o gerenciamento centralizado dos servidores através de interface WEB; Realizar inventário de hardware, BIOS, firmware e drivers. Possuir recurso de update de BIOS, Firmware e Drivers através de repositório de update; Permitir o monitoramento de consumo de energia dos servidores; emitir alertas de falha de hardware e permitir a criação de filtros de alertas isolados e notificação por e-mail; Suporte aos padrões SNMP e IPMI ou RestFul API/RedFish; Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows e/ou Linux. Possuir software que analisa os Servidores para melhor desempenho e prevenção de problemas.

Cada equipamento deverá ser fornecido e licenciado com o sistema operacional Windows Server 2022 Datacenter. Adicionalmente, deverão ser fornecidas as seguintes licenças de acesso:

Windows Server 2022 CAL para um total 80 dispositivos, considerando 02 Servidores, 40 CAL em cada servidor;  
Windows Server 2022 Remote Desktop Services CAL para 20 dispositivos, considerando 02 Servidores, 10 CAL em cada servidor.

Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Certificado similar, comprovando que o SERVIDOR está em conformidade com a norma IEC 60950 ou EN60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), para

segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiente tais como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

**Solução de armazenamento STORAGE:** Trata-se de um componente fundamental na solução de virtualização para armazenamento dos discos virtuais das máquinas que serão criadas dentro do cluster de máquinas físicas.

Deve implementar failover automático e substituição de forma “Hot-Swappable” para os seguintes componentes: discos, controladoras, ventiladores e fontes de alimentação;

Deve suportar a manutenção ou substituição desses itens sem interrupção do funcionamento da solução;

Possuir 2 (duas) controladoras redundantes hot-pluggable trabalhando ativo-ativo, cada uma com 2 (duas) portas Fibre Channel de velocidade mínima 16 Gb, perfazendo um total de 4 (quatro) portas no par de controladoras;

Cada controladora deve possuir, no mínimo, 12 (doze) gigabytes de memória cache;

Suportar discos das tecnologias SAS, NL-SAS, SSD e discos com a tecnologia SED (Self-Encrypting Drives);

Suportar pelo menos 512 (quinhentos e doze) volumes lógicos (LUNs);

Deverá possuir a capacidade de expansão total de, no mínimo, 240 unidades de disco rígido do tipo SFF (Small Form Factor), sem a necessidade de expansão em sua capacidade de processamento, I/O ou memória;

Suportar a conexão de 512 Hosts através de uma rede SAN FC;

Possuir ventiladores e fontes de alimentação, redundantes e hot-pluggable;

Implementar níveis de RAID 0,1, 5, 6, 10 e possibilidade de implementar Raid Virtual;

Possuir recurso que garanta a integridade dos dados de escrita (write cache) armazenados na memória cache, em caso de falta de alimentação elétrica do subsistema primário;

Ser fornecido com no mínimo 12 discos de 2.4 TB e velocidade de 10K rotações por minuto (RPM), em tecnologia 12Gbps SAS hot-swap;

Possuir função de cópias físicas (Clone), onde o volume de origem deverá estar disponível para acesso, mesmo quando o clone está sendo criado;

A solução de armazenamento deve possuir tecnologias de Thin Provisioning, Space Reclamation, Thin Rebuild, Tiering, Replicação, Snapshots e QOS (Quality of Service);

O storage deve permitir configurar discos hot-swap e Global Spare, bem como discos de spare dedicados para os níveis de RAID;

Suportar os Sistemas Operacionais Windows Server, Linux RedHat, Suse Linux e VMware, utilizando o protocolo Fibre Channel com conexão direta (sem necessidade de switches SAN);

Ser capaz de definir os volumes lógicos de armazenamento (LUNs) e especificar quais servidores são autorizados a acessar esses volumes e quais as rotas de acesso (LUN masking e zoning);

Gerar alarmes/eventos em caso de falhas ou pré-falhas no subsistema e encaminha e-mail ao administrador de rede designado, comunicando essas ocorrências;

Possui fontes de alimentação redundantes e hot-swap com tensão de entrada de 100 - 220V e frequência de 60Hz;

Deverá ser fornecido com os acessórios para fixação em Rack padrão 19 polegadas;

A solução de storage deve possuir interface de gerenciamento gráfica GUI (Graphical User Interface), Web Interface e através de linha de comando CLI (Command Line Interface);

A solução de armazenamento deve permitir a adição de capacidade ao volume, sem a descontinuidade do acesso à informação;

A solução de armazenamento deve possuir capacidade para a detecção de falhas, incluindo auto monitoração e geração de logs, com acionamento automático do fabricante;

A solução deve ser compatível com gabinete padrão de mercado ou do fabricante e devem ser oferecidos todos os componentes, cabos, conectores, adaptadores, conversores etc., necessários para a instalação, configuração e utilização da solução proposta;

A Solução deve ser fornecida com os componentes necessários para sua completa instalação e o perfeito funcionamento da solução;

Os discos de reserva devem substituir qualquer disco defeituoso sem intervenção humana, de forma automática e sem parada do equipamento;

As controladoras devem possuir entre si mecanismo de espelhamento e proteção de cache de escrita de forma a garantir que a integridade e continuidade de funcionamento do storage mesmo com a falha de uma das controladoras;

A solução deve incluir software centralizado de gerenciamento que permita a monitoração de eventos, geração de relatórios de desempenho, alertas de capacidade, status de funcionamento dos componentes físicos tais como fontes, discos, interfaces, controladoras, ventiladores e temperatura bem como a manutenção de dados históricos para análise de tendências de comportamento do ambiente proposto.

**Solução de Infraestrutura de distribuição de sinal - SWITCH:** Os switches ou comutadores de sinais, são os componentes responsáveis por conectar e transmitir o sinal entre todos os equipamentos, tanto físicos quanto virtuais, criando e possibilitando a comunicação entre os servidores e os computadores dos colaboradores do órgão, possibilitando assim uma rede de computadores interligados.

**Solução de servidor de cópia de segurança - BACKUP:** É prática reconhecida em tecnologia da informação a guarda de cópias de segurança de determinados dados que são de extrema relevância para o órgão, dessa forma faz-se necessária a implementação de um servidor cuja capacidade atenda a demanda e software seja capaz de gerar cópias completas ou incrementais, quer seja localmente ou em nuvem, além de garantir as políticas de RTO (Recovery Time Objective – Objetivo de tempo de recuperação).

01 (um) Servidor de arquitetura x64 com processador de tecnologia multi-core;

Compatível com rack padrão 19’;

Ocupar, no máximo, 2U de espaço no rack;

Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

Vir acompanhado dos acessórios necessários para montagem em rack padrão 19’.

01 (um) processador, originalmente concebido para servidores. O padrão de arquitetura do processador deverá ser x64;

No mínimo 16 (dezesseis) núcleos físicos por processador;

Frequência base de clock de no mínimo 2.0 GHz;

Deve possuir, no mínimo, 30 MB de memória cache por processador;

A velocidade do barramento de comunicação do processador com o restante do sistema deverá ser de no mínimo 16 GT/s.

Suporte a tecnologia de virtualização VT-d (Virtualization Technology for Directed I/O), IOMMU (input/output memory management unit), ou equivalente;

Ter sido fabricados com tecnologia de litografia de, no máximo, 10nm.

Deverá ter índice baseline CPU2017 Integer Rates (<http://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=rint2017>) auditado pelo SPEC.ORG de no mínimo 265 pontos para 02 (dois) processadores. Não serão aceitas estimativas para modelos de servidores não auditados. O índice apresentado deverá ser baseado em SPEC auditado para o mesmo modelo da família de servidores ofertados neste edital (marca e modelo).

No mínimo, 64 GB de memória RAM;

Memória do tipo DDR5 ECC padrão RDIMM Dual Rank x4;

Cada módulo de memória RAM deve ter, no mínimo, 5600 MHz de velocidade;

O servidor deverá suportar expansibilidade de pelo menos 32 slots DIMM.

Deverá possuir BIOS/UEFI do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável;

A inicialização do servidor deverá ser realizada na sequência definida pelo usuário (Armazenamento interno, placa de rede, etc.);

Deverão possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o servidor e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS/UEFI.

Possuir no mínimo 03 (três) interfaces USB sendo, no mínimo 02 (duas) destas interfaces no padrão 3.0 e pelo menos 01 (uma) interface na parte frontal;

Suportar no mínimo 06 (seis) interfaces PCIe 5.0;

Possuir 04 (quatro) portas de rede de 1GbE BASE-T;

Possuir 04 (quatro) portas Fibre Channel de no mínimo 32 Gb;

Conexão dos discos rígidos com suporte à tecnologia hot-swap;

Suporte aos padrões SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;

Controladora RAID dedicada com suporte a RAID 0/1/5/6/10/50/60. Se for necessário algum licenciamento para habilitar os modos RAID especificados, tal licenciamento deve acompanhar a controladora;

Memória cache de no mínimo 8 GB, independentemente da memória RAM do servidor, e esta deve vir devidamente instalada;

Controladora com bateria para proteção dos dados em caso de falta de energia;

A configuração de RAID deve abranger todos os slots para discos rígidos fornecidos;

Recursos de hot-swap (troca de disco sem a necessidade de reinicializar o servidor) para as unidades de disco rígido, permitindo a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução de discos dos volumes de RAID, de forma automática, sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;

Tecnologia SMART para detecção de problemas potenciais.

Possuir no mínimo 08 (oito) baias para discos de 3.5 polegadas;

Possuir 02 (dois) SSDs de no mínimo 480 GB, padrão SATA;

Possuir 05 (cinco) discos de no mínimo 4 TB, padrão SATA.

Fontes redundantes, de 100 a 240 VAC, e 50 a 60 Hz, com a potência adequada ao pleno funcionamento do equipamento;

Fontes hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;



Certificação 80Plus, no mínimo, categoria PLATINUM;  
Cada fonte deve ter potência mínima de 750W;  
O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento “out-of-band”, ou seja, gerenciamento do equipamento mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante. Deve possuir interface exclusiva para utilização em rede de gerenciamento dedicada, não sendo essa interface de controladora de rede;  
A placa de gerenciamento deve ser do mesmo fabricante do servidor mantendo sua total compatibilidade com o mesmo e integração total com software de gerenciamento. Tal solução deve possuir as seguintes características:  
Se utilizar de protocolos para criptografia padrão SSL e SSH, no mínimo, para acesso a console de gerenciamento WEB;  
Acesso via console web, com definição de direitos administrativos;  
Deve permitir acesso remoto a console (teclado, mouse e monitor) no modo gráfico do sistema operacional ou quando ele estiver inoperante;  
Deve informar o status do equipamento indicando componentes com falha e log de ocorrências;  
Deve permitir a configuração remota e boot do equipamento através de driver virtual (CD, DVD) ou arquivos de imagem (ISO e IMG) localizado em estação remota;  
Deve permitir a ativação e desativação do servidor (power on/off) mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional.  
Disponibilizar solução cliente-servidor de software de gerenciamento (cliente/agente e console/gerente). A solução deve ser compatível com o padrão IPMI 2.0 e suportar, no mínimo, os seguintes recursos:  
Permitir o gerenciamento centralizado dos servidores através de interface WEB; Realizar inventário de hardware, BIOS, firmware e drivers.  
Possuir recurso de update de BIOS, Firmware e Drivers através de repositório de update;  
Permitir o monitoramento de consumo de energia dos servidores;  
Emitir alertas de falha de hardware e permitir a criação de filtros de alertas isolados e notificação por e-mail;  
Suporte aos padrões SNMP e IPMI ou RestFull API/RedFish;  
Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows e/ou Linux.  
Possuir software que analisa os Servidores para melhor desempenho e prevenção de problemas.  
Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Certificado similar, comprovando que o SERVIDOR está em conformidade com a norma IEC 60950 ou EN60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.  
O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiente tais como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

**Solução de Alimentação elétrica - PDUs:** É imprescindível a instalação de pontos de energia elétrica para alimentarem todos os equipamentos que compõem a solução de TIC mencionada neste estudo.

**Solução de Softwares:** Todos equipamentos propostos nesta solução, dependem diretamente de respectivos sistemas para que cumpram seus objetivos de criar e gerenciar máquinas virtuais, autenticar usuários, gravar e armazenar dados (arquivos, certificados, imagens), disponibilizar acesso remoto através de servidor de terminal, criar e armazenar cópias de segurança e garantir a eventual recuperação de dados, implantar sistema de proteção de *end-points* (antivírus), controlar os domínios, disponibilizar Banco de dados, manter toda infraestrutura atualizada com *updates* instalados automaticamente (Servidor de updates), gerenciar impressoras em rede, entre outras funcionalidades.

4.1.1. Atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018, art. 46, que discorre sobre proteção de dados para os agentes de tratamento de dados;

4.1.2. Continuidade da conformidade das práticas institucionais a NBR ISO/IEC 17799 - Código de prática para a gestão da segurança da informação;

4.1.3. Atender às metas de RTO (Recovery Time Objective, Objetivo de tempo de recuperação) que determina um prazo máximo para a recuperação de um backup;

#### SOFTWARE DE PROTEÇÃO DE DADOS (Backup)

A solução ofertada deverá atender integralmente os requisitos especificados neste documento devendo ser fornecida com todas as licenças necessárias para entrega funcional da solução e completo funcionamento dos recursos contratados.

A solução ofertada não pode ser do tipo comunidade, software livre, ou possuir componentes e módulos sem suporte oficial do fabricante.

A solução ofertada deverá possuir todos os produtos na versão estável mais atual do produto, não serão aceitos produtos obsoletos ou fora de linha de produção do fabricante.

Prover licenciamento de software baseado em subscrição por 60 meses para: 20 (Máquina Virtual, Host físico, Instância Operacional ou Workstation), devendo todas as funcionalidades solicitadas neste documento estarem operacional e disponíveis durante toda a vigência do CONTRATO. Não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais para a recuperação dos dados já protegidos - durante e após o término do CONTRATO. O licenciamento e os softwares deverão estar em nome da CONTRATANTE.

A solução utilizada deverá estar habilitada para permitir a instalação de quantos servidores de mídia e de gerência do backup, quanto forem necessários para configuração do ambiente da CONTRATANTE, de acordo com as melhores práticas propostas pelo fabricante sem custo adicional.

A solução, independentemente da métrica de licenciamento empregada, deverá possuir todas as funcionalidades descritas neste documento habilitadas e disponíveis para uso em qualquer plataforma suportada, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

Prover caso o volume de dados a ser protegido pelo serviço de backup cresça, o serviço de backup/restore não poderá ser afetado com travamento ou degradação no serviço e deverá continuar com todas as funcionalidades ativas e operacionais sem nenhum bloqueio e restrição.

Prover suporte a replicação dos dados do Site Principal para um Site de Disaster Recovery - DR, provendo gerenciamento, monitoramento e validações das execuções de transferência.

Possuir controle e o inventário dos dados devem ser realizados através de software de proteção e recuperação, atendendo os níveis de criticidade e segurança necessários na execução.

Possuir catálogo ou banco de dados centralizado contendo as informações sobre todos os dados e mídias referentes aos backups. Esse banco de dados ou catálogo deverá ser fornecido em conjunto com o produto;

Possuir compatibilidade nativa com as seguintes tecnologias:

VMware vCenter e vSphere ESXi versões 6.7 e superiores.

VMware vCloud Director versões 10.1 e superiores.

Microsoft System Center Virtual Machine Manager e Hyper-V 2012 e superiores.

Nutanix AHV 5.5.x e superiores.

Nuvem da Amazon Web Services (AWS) EC2, SERPRO (S3), Microsoft Azure VM e Google Cloud VM.

Microsoft Active Directory 2012 e superiores.

Microsoft Exchange 2013 e superiores.

Microsoft SharePoint 2013 e superiores.

Microsoft File Server Failover Cluster 2016 e superiores.

Microsoft SQL Server 2014 e superiores.

Oracle Database 12c e superiores.

MySQL 5.7 ou superiores.

Suportar proteção dos seguintes sistemas operacionais:

1. Microsoft Windows Server 2022 e superiores.
2. Microsoft Windows 10 e superiores.
3. CentOS Linux 7 ou superiores.
4. Debian Linux 9 ou superiores.
5. Red Hat Enterprise Linux 7 ou superiores
6. Oracle Linux 7 ou superiores
7. SUSE Linux Enterprise Server 15 ou superiores.
8. Ubuntu 16.04 LTS ou versões LTS superiores.

Suportar a recuperação granular dos dados dos seguintes sistemas de arquivos do tipo: Btrfs, ext3, ext4, HFS, HFS+, JFS, ReiserFS, XFS, FAT16, FAT32, NTFS e ReFS.

Possuir recurso para possibilitar a reconstrução do catálogo dos dados de backup armazenados em disco, fita e Object Storage.

Suportar armazenamento em Object Storage, devendo ser compatível com: Amazon S3 e Amazon S3 Glacier, Microsoft Azure Blob Storage e Azure Archive Storage, Google Cloud Object Storage, IBM Cloud Object Storage, além de permitir o armazenamento em Object Storage on-premises compatível com S3.

Suportar deduplicação a nível de blocos, em volumes apresentados através de DAS (Direct Attached Storage) e SAN (Storage Area Network) e em compartilhamento de rede NAS, via protocolos SMB e NFS.

Suportar deduplicação de dados no servidor de armazenamento (target deduplication), de forma que o servidor de backup descarte blocos repetidos de clientes, evitando assim o armazenamento de blocos redundantes.

Suportar deduplicação de dados na origem (source deduplication), de forma que sejam enviados apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir da última cópia de segurança.

Permitir armazenar cada máquina virtual em um arquivo de backup distinto ao armazenar cópias de segurança em Appliances de Desduplicação, suportando no mínimo os seguintes modelos de equipamento: Dell EMC Data Domain, Exagrid, HPE StoreOnce e Quantum DXi;

Possuir capacidade de gerenciar software de snapshot de storages de outros fabricantes, suportando ao menos os equipamentos Dell EMC VNX, Unity e PowerMax, IBM FlashSystem e Storwize, NetApp ONTAP, HPE 3PAR e Primera e Pure Storage FlashArray, com o intuito de automatizar o processo de agendamento de cópias “snapshot” e montagem no servidor de backup “off-host”;

Possuir criptografia de dados na origem (direto no cliente ou servidor de proxy de backup), de uma forma que seja garantido que o dado trafegará criptografado na LAN (Local Area Network) ou WAN (Wide Area Network).

Suportar funcionamento em redes IPv4 e IPv6 nativamente.

Possuir módulo nativo de criptografia AES (Advanced Encryption Standard) 256 bits.

Suportar proteção de dados de dispositivos de Storage NAS (Network Attached Storage) via protocolo NDMP (Network Data Management Protocol) versão 4.

Suportar qualquer tecnologia utilizada na infraestrutura de armazenamento como destino das cópias de segurança, incluindo: DAS, NAS e SAN, sem prejuízos das demais funcionalidades suportadas pelo software.

Paralelizar a gravação de dados de uma rotina de backup em diferentes caminhos pertencentes à vários dispositivos de armazenamento.

Permitir a gravação serial e simultânea de várias rotinas de backup, provenientes de clientes distintos, em um único caminho pertencente à um dispositivo de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação).

Permitir exportar o conteúdo de backup para mídia removível, possibilitando o transporte físico de dados até o destino.

Ser flexível e escalável, permitindo sua instalação, configuração e uso em sites remotos interligados ao site principal através da WAN ou através de LAN.

Permitir replicação de uma origem para múltiplos destinos.

1. Suportar a replicação das cópias de segurança para diversos sites remotos, permitindo ainda que a restauração dos dados seja feita através das cópias armazenadas remotamente.
2. Permitir replicação e consolidação de dados de múltiplas origens para um destino central.
3. Permitir o uso de diferentes políticas de retenção de dados nos repositórios de origem e destino durante o processo de replicação.

Possuir mecanismos que evitem o aumento do tempo de resposta dos datastores de produção, monitorando a latência dos datastores e reduzindo as atividades de backup quando um limite configurado for atingido, evitando a sobrecarga nos sistemas de armazenamento dos ambientes de virtualização vSphere e Hyper-V;

Possuir capacidade de realizar a replicação de máquinas virtuais VMware e Hyper-V localmente e remotamente em outro Cluster, realizando clones ou snapshots com proteção contínua dos dados por máquina virtual.

Deverá suportar a replicação remota a fim de replicar os dados das máquinas virtuais entre soluções de armazenamento distintas, inclusive de diferentes fabricantes;

Prover recursos de deduplicação e compressão tanto no site principal como nos sites remotos.

Possuir interface gráfica e/ou web, capaz de gerenciar um ou mais sites de forma centralizada.

Suportar deduplicação de blocos localmente, de forma que o cliente ou servidor de proxy envie, em LAN e WAN, apenas os blocos de dados modificados para o site principal.

Suportar o envio das cópias de segurança para unidades de fita LTO Ultrium 5 e superiores.

Suportar meios de otimização do consumo de fita, através do agrupamento de dados que estão espalhados em diversas fitas com baixa porcentagem de utilização, movendo esses dados para uma nova fita ou através de políticas que garantam uma melhor consolidação de backups e permitam a cópia dos backups deduplicados e comprimidos para a fita, sem a necessidade de reidratação dos dados.

Permitir cópias adicionais do backup principal com funcionalidade de criar múltiplas cópias em fitas.

Suportar a gravação em bibliotecas de fitas automatizadas.

Permitir o gerenciamento de fitas armazenadas, tanto internamente em bibliotecas de fita, quanto em cofres externos, permitindo o registro das movimentações de fitas entre as bibliotecas de fita e cofres externos.

Suportar a gravação em fitas WORM (Write Once Read Many).

Suportar as operações de backup e restauração em paralelo.

Possibilitar o backup e a restauração das informações em disco e nuvem.

Localizar um arquivo para restauração pelo nome, pesquisando no catálogo da ferramenta.

Possuir a capacidade de efetuar backup para disco, fita e nuvem com retenções, através de políticas pré-definidas e agendadas.

Possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados através da cópia secundária se a cópia primária não estiver mais disponível.

Possuir a função de Staging, visando permitir a gravação de dados em disco e, posteriormente, a cópia para outro tipo de mídia, como disco, fita e nuvem.

Suportar a proteção completa de servidores físicos, workstations, desktops e notebooks com backups a nível de imagem, tanto em nível de arquivos, quanto em nível de volumes.

Permitir a criação de imagens de recuperação inicializáveis dos backups de Linux e Windows para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como Bare-Metal Restore) de forma nativa e sem a utilização de software de terceiros.

Suportar a recuperação de backups de servidores Linux e Windows diretamente em um ambiente virtual VMware vSphere e Microsoft Hyper-V, de maneira instantânea, realizando a conversão P2V (físico para virtual) e inicializando diretamente dos arquivos de backup, sem a necessidade de esperar a conclusão da restauração para ter acesso à máquina ou agendamento de rotinas periódicas para isso.

Suportar a restauração do sistema inteiro para equipamentos com o mesmo hardware e para equipamentos com hardware diferente, com a opção de incluir drivers adicionais.

Suportar a proteção de equipamentos com Microsoft Windows, suportando inclusive o backup e a recuperação do "system state" do Windows de forma nativa e sem a utilização de software de terceiros.

Suportar a criação de caches locais para o backup de notebooks com Microsoft Windows durante a ausência de conectividade de rede com a estrutura de backup, permitindo realizar os backups conforme as rotinas de backup definidas para essa área, realizando a cópia automática desses dados ao reestabelecer a conectividade.

Permitir a exclusão de diretórios e arquivos do backup.

Suportar o backup de máquinas virtuais VMware vSphere e Microsoft Hyper-V através das APIs nativas do virtualizador, sem a necessidade de instalação de agentes.

Permitir a identificação de aplicações Active Directory, Exchange, Oracle, PostgreSQL, SQL Server e SharePoint, que residem nas máquinas virtuais, permitindo cópias de segurança consistente dessas aplicações, sem a necessidade de criação de múltiplas rotinas de backup, uma para as máquinas virtuais, e outra para as aplicações, ou uso de scripts;

Suportar os métodos de backup Full e Incremental.

1. Possuir no método Incremental, suporte ao modo Incremental Forever, ou seja, as cópias de segurança devem consistir em apenas de um backup Full e todos os demais incrementais até o término do período de retenção.
2. Permitir a geração de cópias de longa retenção full, tanto no modo ativo - executando uma nova cópia de segurança Full no cliente - quanto no modo sintético - utilizando os backups já salvos anteriormente.
3. Permitir o agendamento para geração automática destas cópias.

Permitir a integração nativa com o Microsoft Exchange on-premises (local).

1. Suportar a arquitetura DAG (Database Availability Group) do Exchange.
2. Permitir a restauração granular a nível de mensagem direto na caixa de correio do usuário, através de interface gráfica guiada.
3. Permitir a recuperação da mensagem em um momento do tempo específico.
4. Gerar logs com as informações: o que foi restaurado, quem restaurou e para onde foi restaurado.

Permitir a integração com o Microsoft SQL Server.

1. Executar backup de bases de dados do SQL Server de forma "online", ou seja, sem a parada do banco.
2. Executar backup de logs transacionais, possibilitando a criação de rotina de backup que ocorra em intervalos mínimos de 1 (uma) hora.
3. Permitir a montagem de uma base de dados SQL Server a partir dos arquivos de backup, sem necessidade de restauração completa da base para produção, permitindo executar procedimentos e visualizar dados através do SQL Server Management Studio.
4. Permitir recuperação granular de objetos de databases do SQL Server para o local original, ou para um servidor alternativo, através de interface gráfica guiada.
5. Permitir recuperação de databases para o local original e para um servidor alternativo, através de interface gráfica guiada.

Permitir a integração com Microsoft Active Directory.

1. Permitir a restauração granular a nível de objeto, por exemplo, objetos de usuário incluindo suas senhas, através de interface gráfica guiada.
2. Permitir comparar os objetos com a produção, permitindo restaurar apenas os itens ausentes ou alterados.

Permitir a integração com Microsoft Windows File Server Failover Cluster 2016 e versões superiores.

Permitir a cópia de arquivos abertos, garantindo a consistência dos mesmos.

Permitir a integração com Oracle Database, realizando o backup de forma "online" via Oracle RMAN.

Permitir exportar uma base de dados Oracle diretamente a partir do arquivo de backup.

Permitir a integração com o PostgreSQL.

1. Executar backup de bases de dados do PostgreSQL de forma "online", ou seja, sem a parada do banco.
2. Executar backup de logs transacionais, possibilitando a criação de rotina de backup que ocorra em intervalos mínimos de 1 (uma) hora.
3. Permitir recuperação de databases para o local original e para um servidor alternativo, através de interface gráfica guiada.

Permitir integração com MySQL, executando o backup de bases de dados do MySQL de forma "online", ou seja, sem a parada do banco e de forma consistente.

Deve integrar-se à tecnologia VSS (Volume Shadow Copy Service) do Windows para realizar cópias e assegurar a consistência de qualquer aplicação que disponha de um VSS Writer em estado funcional, quando da execução das cópias de segurança.

Permitir adicionar automaticamente as máquinas virtuais com VMware vSphere ou Microsoft Hyper-V, descobertas em rotinas de backup, com capacidade de realizar filtros avançados com critérios que incluam pelo menos datastores, clusters, resource pools, hosts, VM Folders, tags e vApps.

Permitir a recuperação de máquinas virtuais e servidores físicos instantaneamente em ambiente virtual VMware vSphere e Microsoft Hyper-V, com inicialização rápida, a partir de seus arquivos de backup, sem a necessidade de esperar o término do processo de restauração.

Permitir a instanciamento sob demanda de uma ou mais Máquinas Virtuais, ao menos para o ambiente VMware e Hyper-V, que estejam salvas em backup, em ambiente virtual de laboratório com as seguintes características:

1. Prover meios automáticos de garantir a consistência das cópias de segurança a nível de aplicação, ou seja, ser capaz de automatizar a restauração de uma máquina virtual e executar ações de testes previamente programadas para aquela determinada aplicação de forma a garantir que as cópias de segurança estão consistentes.
2. Deverá ter a capacidade de testar a consistência das cópias de segurança, emitindo relatório de auditoria para garantir a capacidade de recuperação seguintes parâmetros: sistema operacional, aplicação e máquina virtual.

Permitir a conexão com o hospedeiro Nutanix AHV e a exploração (descoberta) automática das máquinas virtuais.

1. Permitir a integração com ambiente virtual Nutanix AHV, identificando os domínios de proteção criados pelo Prism, e utilizando como objetos a serem protegidos pela ferramenta de backup.
2. Permitir adicionar automaticamente as máquinas virtuais descobertas em rotinas de backup predefinidas, baseado no domínio de proteção que estão contidas.
3. Permitir adicionar automaticamente as máquinas virtuais que não foram incluídas em domínios de proteção a um grupo padrão, de forma a evitar que essas máquinas fiquem sem proteção após a sua criação.
4. Realizar a restauração da imagem completa da máquina virtual dentro do Nutanix AHV.
5. Permitir redirecionar a restauração de uma da máquina virtual para um cluster, storage container ou rede alternativos.
6. Permitir a recuperação de máquinas virtuais do Nutanix AHV instantaneamente no ambiente virtual, com inicialização rápida, a partir de seus arquivos de backup, sem a necessidade de esperar o término do processo de restauração.
7. Permitir a recuperação de um servidor físico diretamente no ambiente virtual Nutanix AHV.
8. Ser compatível com a funcionalidade AHV CBT (Acropolis Changed Block Tracking), para descobrir somente os blocos que foram alterados desde a última cópia de segurança.
9. Suportar o uso das APIs do Acropolis para backup, como o Nutanix REST API.
10. Permitir orquestração de Snapshots de máquinas virtuais ou Domínios de Proteção no Nutanix AHV, mantendo os dados armazenados diretamente no cluster AHV.
11. Permitir exportar os discos de uma máquina virtual do Nutanix AHV, a partir dos arquivos de backup, para os formatos VMDK e VHDX.

Permitir a restauração granular a nível de arquivos das máquinas virtuais protegidas, sem a necessidade de se restaurar a máquina virtual inteira.

Permitir a restauração dos backups de servidores físicos e máquinas virtuais diretamente para nuvem, suportando a conversão delas como instâncias de AWS EC2, Microsoft Azure VM e Google Cloud VM.

Possuir módulo de gerenciamento com interface gráfica (ou web) para administração de todas as operações de backup, configurações, gerenciamento, monitoração, criação / atualização de políticas do ambiente e rotinas associadas à proteção de dados, com suporte à autenticação multifator (MFA) dos usuários.

1. A solução de software de backup não deve ser operada exclusivamente por linhas de comando – CLI.
2. Permitir a instalação do módulo de gerenciamento e da base de dados do catálogo de metadados nos sistemas operacionais: Microsoft Windows Server 2022 e versões superiores versões superiores.

Possuir gerenciamento das operações da infraestrutura de backup em modo gráfico, que permita o monitoramento em tempo real das rotinas de backup e status dos clientes de todo o ambiente.

Permitir que as tarefas abaixo sejam realizadas pela interface gráfica central, sem a necessidade de scripts e sem a necessidade de acessar a interface do cliente:

1. Permitir a instalação e aplicação de patches/upgrades de agentes remotamente.
2. Permitir configurar backup de clientes de forma remota, ou seja, toda a configuração das cópias de segurança que o cliente irá executar deve ser feita na própria console central, sem a necessidade de ter que configurar localmente o cliente.

Suportar a restauração de backup de forma remota, ou seja, na console central seleciona-se a cópia de segurança, e para onde será realizada a restauração remota.

Suportar múltiplos jobs simultâneos de backup de Máquinas Virtuais.

Possuir recursos avançados de agendamento de rotinas de backup, para datas específicas, dias da semana recorrentes, dia do mês recorrente. Primeiro, segundo terceiro e último dia do mês. Ser capaz de filtrar por mês e dia da semana.

Permitir o encadeamento de jobs via interface gráfica, sem utilização de scripts, que permita a uma rotina de backup sua execução apenas após o término da outra.

Possuir agendamento de rotinas de backup, sem a utilização de utilitários de agendamento de servidores, sendo controlado pelo gerenciador de backup.

Possuir integração com Microsoft Active Directory para autenticação da Console de Gerência.

Possuir mecanismo de auditoria para o controle de acesso, em operações realizadas através de interface gráfica (ou web) e linha de comando (interface CLI), contendo no mínimo, as seguintes informações: data e hora da operação, usuário que realizou a operação, operação realizada.

Permitir o envio automático de alertas por e-mail e SNMP (Simple Network Management Protocol) através de traps ou consultas, com o objetivo de reportar eventos ocorridos nas operações do software de backup.

A solução deve oferecer notificações sobre problemas, bem como sobre realização de backups, por meio de logs, e-mails e mensagens na console.

A solução deverá permitir a visualização em sua console gráfica ou geração de relatórios de backup, os quais permitam obter minimamente as seguintes informações:

1. Horário de início e término de uma rotina de backup;
2. Tempo de duração de uma rotina de backup;
3. Status das cópias de segurança (situação);
4. Relação dos objetos incluídos na rotina de backup;
5. Horário de início e término das cópias de segurança de cada objeto;
6. Tempo de duração das cópias de segurança de cada objeto;
7. Volume de dados na origem durante a rotina de backup;
8. Volume de dados com compressão e deduplicação;
9. Taxa de deduplicação e compressão de dados;
10. Suportar a geração de relatórios sobre o consumo de licenças;
11. Permitir a retenção dos dados históricos por período mínimo de 12 meses.
12. Permitir o envio automático e programado de relatórios por e-mail;

## **LICENÇAS SQL SERVER**

Deve ser fornecida 01 (uma) licença SQL Server 2022 Standard Edition;

Também devem ser fornecidas licenças CAL de acesso para 08 (oito) dispositivos/usuários.

## **LICENÇA VMWARE VSPHERE**

Deve ser fornecida 01 (uma) licença VMware vSphere®7 Standard per core Subscription 5y – Setor Público E-LTU;

As licenças deverão suportar no mínimo 20 Máquinas Virtuais (VMs)

## **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer, à equipe de tecnologia do CORE-SP que atuará com a solução, já nos primeiros dias de implantação, treinamento específico sobre a instalação, operação, configuração e uso da solução, de caráter teórico e prático da solução contratada. O treinamento deverá ser de no mínimo 16 horas de duração.

4.2.2. Aplicável a transferência de conhecimento aos colaboradores do setor de tecnologia do órgão, em razão de um salto de 10 anos no que tange a versão do Sistema Operacional Windows Server, atualmente utilizando a versão 2012-R2, o software

VMware da Broadcom também com relevantes alterações em razão da versão mais atual, bem como para o sistema de backup Veeam, atualmente utilizando a versão 9.5, passando a utilizar as últimas versões em ambos os casos.

4.2.3. O treinamento deverá ser sem custo adicional ao preço formulado em sua proposta, incluindo o material didático oficial, quando houver.

4.2.4. O programa para o treinamento deverá ser previamente aprovado pela CONTRATANTE e eventuais mudanças de conteúdo solicitadas deverão constar no material didático.

4.2.5. No caso do treinamento fornecido não ser satisfatório, mediante avaliação tempestiva e fundamentada, tanto em relação à qualidade ou à carga horária efetiva, a CONTRATADA deverá realizar novo treinamento sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.2.7. O escopo deste plano de treinamento para instalação, operação e configuração deve prever:

4.2.7.1. informativo global dos componentes tecnológicos envolvidos na prestação dos serviços contratados;

4.2.7.2. compreensão geral da filosofia de funcionamento e de operação da solução adotada;

4.2.7.3. conhecimento e usabilidade dos recursos (hardwares e softwares) envolvidos;

4.2.7.4. funcionalidades do sistema em seus respectivos módulos.

4.2.8. O plano de treinamento deve prever, para cada tema, a carga horária, recursos e condições imprescindíveis para o perfeito aproveitamento do treinamento incluindo a documentação didática a ser utilizada. Os instrutores ou responsáveis pelos treinamentos, certificados pelo fabricante, são de responsabilidade da CONTRATADA e estes devem apresentar ao Core-SP as respectivas agendas de treinamento.

4.2.9. Todo o material de apoio técnico necessário à realização dos treinamentos em ambiente da CONTRATANTE, tais como os equipamentos, acessórios, ferramentas, etc. devem ser providos pela CONTRATANTE em quantidade suficiente para permitir adequado aprendizado pelos treinados.

### **4.3. Requisitos Legais**

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente as normas abaixo e a outras legislações aplicáveis:

a. Constituição Federal;

b. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

c. Portaria SGD/MGI n.º 5.950, de 26 de outubro de 2023;

d. Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022;

e. Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

f. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018;

g. Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991;

h. Decreto n.º 11.260, de 22 de novembro de 2022;

i. Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018;

j. Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010;

k. Decreto n.º 7.579/2011, de 11 outubro de 2011.

### **4.4. Requisitos de Manutenção**

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.



4.4.2. O fabricante deve fornecer patches de segurança e upgrade/atualização durante o prazo de vigência do contrato, e deve oferecer total suporte na implantação e resolução imediata em situações que essas atualizações causem indisponibilidade dos serviços ou riscos inerentes ao tipo de solução.

#### **4.5. Requisitos Temporais**

4.5.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho ou termo de contrato, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.2. O suporte técnico e evoluções dos softwares, bem como os patches de segurança, devem ser fornecidos pelo período de contratado na especificação do pacote de software/suporte a partir do fornecimento das licenças.

#### **4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1. O fornecedor deve observar as boas práticas de mercado, tais como COBIT que orienta as organizações na implementação, operação e melhoria dos processos de governança e gestão de TI e ITIL que oferece orientações de boas práticas para gestão e execução de serviços de TI, focando na geração de valor ao negócio, além da legislação vigente na implementação da Solução de TIC.

#### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. O atendimento aos chamados de assistência técnica, por qualquer meio de comunicação, deverão ser efetuados em língua portuguesa.

4.7.2. As pessoas envolvidas na execução das atividades deverão, durante sua permanência dentro das instalações do Core-SP, se adequar às regras, costumes e normas internas que definem a conduta profissional e pessoal de servidores, colaboradores e visitantes da instituição.

4.7.3. Os profissionais deverão utilizar crachá de identificação ou documento de igual equivalência.

4.7.4. A CONTRATADA deverá observar o disposto na IN SLTI/MPOG n.º 01/2010, de 19 de janeiro de 2010, referente à sustentabilidade ambiental.

4.7.5. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pelo Core-SP ao órgão de fiscalização do estado de São Paulo ou da União.

#### **4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. A solução deve ser plenamente compatível com a infraestrutura institucional, composta de Switches HPE, servidores HPE Proliant DL380 Gen11, VMware ESXi, Storage HPE-MSA2040 para armazenamento de cópias de segurança e MSA2060 para os VDisks das máquinas virtuais.

4.8.2. A arquitetura tecnológica da solução deverá observar os requisitos específicos de cada item de acordo com o Estudo Técnico Preliminar associado a este Termo de Referência.

#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

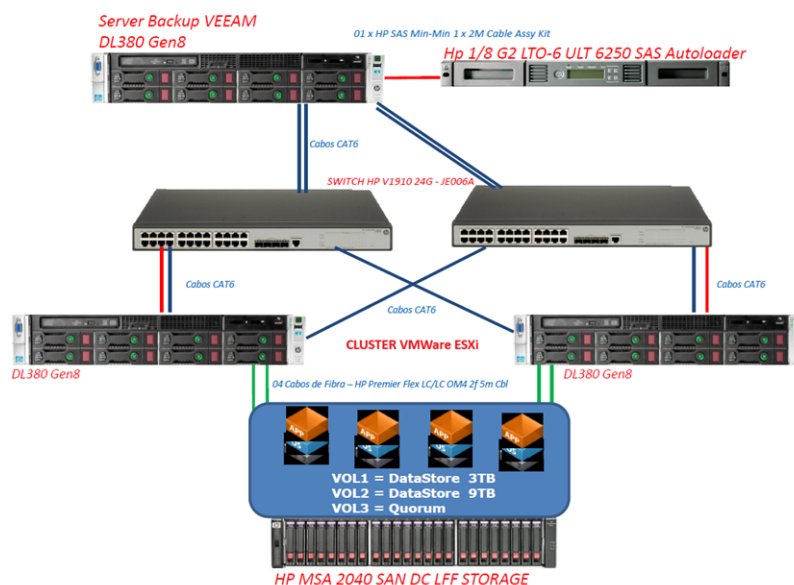
4.9.1. Será necessária análise do ambiente atual para replicação do mesmo nos equipamentos mais novos que serão adquiridos através desta licitação, sendo a infraestrutura atual a que segue:

3 Servidores DL380 Gen8

2 switches HP V1910 24G

1 Storage HP MAS 2040 SAN DC LFF

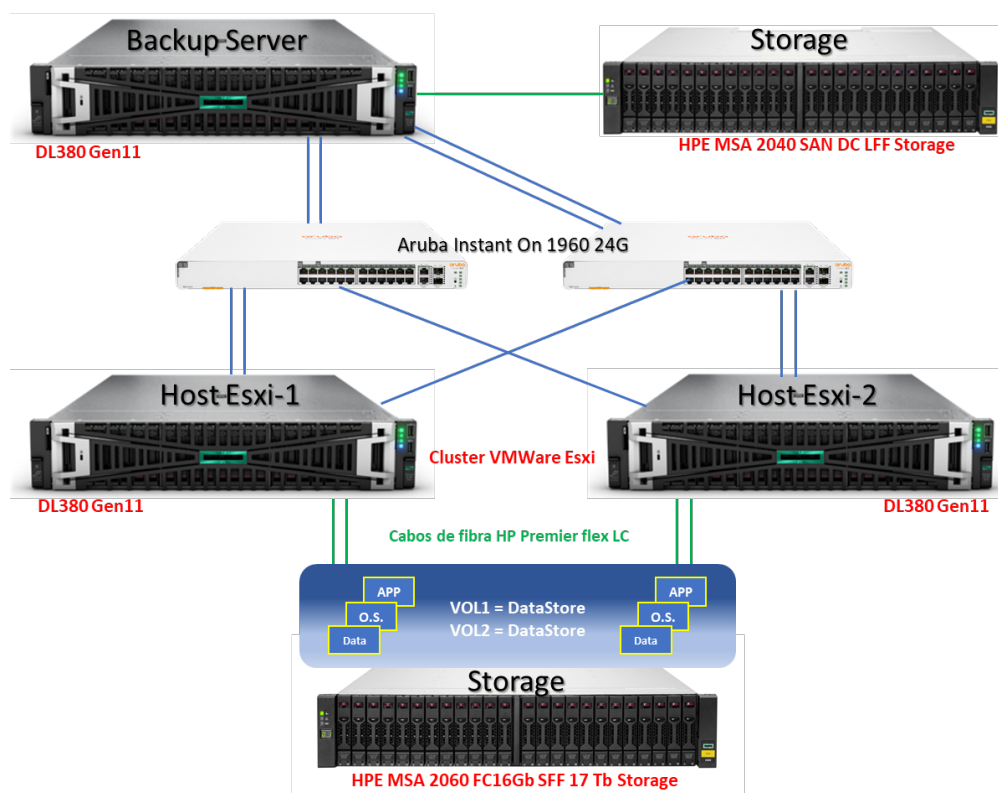
1 Autoloader HP 1/8 G2 LTO-6 ULT 6250 SAS



#### 4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. A solução deverá ser instalada e configurada, assim como a topologia atual, utilizando distribuição Linux para VMWare com vSphere Essentials Plus por core, para até 3 hosts com até 2 processadores, Sistema operacional Windows Server 2022 nos servidores virtuais, MSSQL2022 como solução de Banco de Dados e Veeam Data Platform Essentials Universal, incluindo Enterprise Plus Edition 5 pack para até 20 máquinas virtuais, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

4.10.2. Em termos gerais, a topologia pretendida após a implantação dos novos equipamentos, segue similar a atual, destaque para o uso da MSA2040 como repositório de backup local, ao invés do autoloader, e modernização do hardware e do software, conforme diagrama abaixo:



#### 4.11. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11.1. O prazo de garantia contratual dos bens, deverá ser de **60 (sessenta meses)**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito nas dependências da Contratante no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

A solução deverá prover suporte técnico e atualizações do fabricante pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de disponibilização das licenças para uso.

#### **4.12. Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.12.2. Será exigido por parte do órgão, aos profissionais responsáveis pela implantação da solução, a respectiva certificação nas ferramentas contratadas, garantindo a devida proficiência em cada um dos temas relacionados, tais como: Criação de cluster VMware, Virtualização de servidores, backup de máquinas virtuais – snapshots, configuração de novos repositórios, migração de bases de dados Microsoft SQL entre servidores, sincronização dos controladores de domínios - ADs, entre outras características inerentes à solução contratada.

#### **4. 13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

#### **4. 14. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. Inicialmente será necessário a análise do ambiente virtualizado, atualmente rodando 12 servidores Windows Server 2012-R2, todos virtualizados sob um cluster de VMware ESXi (02 servidores físicos HPE Proliant DL380p Gen8).

4.14.2. Estudo preliminar da infraestrutura de conectividade entre o ambiente de Servidores virtuais e a rede local através dos switches de distribuição HP V1910 24G.

4.14.3. Análise do Servidor SQL2012 e das respectivas bases de dados, afim de realizar a migração, validação de funcionalidade e testes em conjunto com o setor de tecnologia da informação.

4.14.4. Análise do sistema de Backup atual gravando em HD local e em unidade de fita LTO, que passará a gravar em HD Local, Storage MAS-1060 e Nuvem (S3).

4.14.5. Toda a infraestrutura de hardware abordada na topologia mencionadas neste termo, será instalada pela Contratada, em rack padrão 19" polegadas, de propriedade da Contratante, atualmente em produção, devendo o mesmo ser reaproveitado para montagem dos novos equipamentos nos espaços atualmente ocupados pela infraestrutura atual, com poucas unidades de espaço ("Us") para manobra dos equipamentos.

4.14.6. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado da Nota de Empenho ou instrumento equivalente emitido pela Contratante.

4.14.7. A Nota de Empenho indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.8. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24x7, atendimento em até 30 minutos e solução em até 8 horas 7 dias por semana de maneira eletrônica e/ou via telefônica.

4.14.9. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.14.10. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), com base no Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- **Hewlett Packard (HP)**

- **Microsoft**

- **Veeam**

- **VMware Broadcom**

4.14.11. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.14.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **SERVIÇO DE INSTALAÇÃO:**

### **Hardwares**

A Contratada se obriga a se certificar de todas as condições físicas, elétricas e ambientais de instalação dos equipamentos, de acordo com padrões estabelecidos pelos fabricantes;

A instalação, configuração e ativação dos softwares serão realizadas por equipe(s) certificada(s) pela(s) respectiva(s) fabricante(s), para esse fim;

O conjunto de procedimentos de instalação, configuração e ativação da solução fornecida, consistirá nas etapas a seguir:

1. Instalação dos softwares em suas respectivas últimas versões estáveis;
2. Instalação dos itens de hardware;
3. Configuração das políticas de segurança e políticas de backup da informação;
4. Testes de validação da instalação e configuração.

### **Migração do ambiente**

#### **Implementação do Ambiente VMware vSphere 7 Standard**

A implementação será realizada por um profissional certificado VMware VCP-DCV (VMware Certified Data Center Virtualization), garantindo a conformidade com as melhores práticas recomendadas pela VMware. O ambiente será composto pelos seguintes componentes:

02 hosts físicos em servidores objeto da licitação;

01 vCenter Server Appliance para gerenciamento centralizado da infraestrutura;

01 Storage, conectado diretamente aos hosts via Fibre Channel (FC).

A configuração lógica incluirá a definição da arquitetura de clusters, redes virtuais, criação de datastores, configuração de vMotion, HA, além da implementação de políticas de segurança e otimização de recursos.

### **Análise e Correção de desvios na Infraestrutura Microsoft**

Antes da migração, deverá ser realizado uma análise detalhada da infraestrutura Microsoft atual por um profissional certificado Microsoft. O objetivo dessa análise é identificar e corrigir desvios, vulnerabilidades e configurações inadequadas nos seguintes serviços:

1. Active Directory (AD): Avaliação de estrutura organizacional, contas de usuário, permissões, replicação e políticas de segurança.
2. Objetos de política de grupo (Group Policy Objects -GPOs): Verificação das políticas de segurança e conformidade, otimização de GPOs existentes.
3. DNS: Avaliação da estrutura de zonas, resolução de nomes e desempenho do serviço DNS.
4. File Server: Análise de permissões, organização de pastas compartilhadas e desempenho.
5. Print Server: Verificação da configuração e otimização dos servidores de impressão.
6. Windows Server Update Services (WSUS): Avaliação das políticas de atualização, sincronização e distribuição de updates.
7. Terminal Services (TS): Revisão da configuração de RDP e licenciamento.

O resultado da análise incluirá um relatório completo com recomendações para mitigação de riscos, melhoria de desempenho e correção dos desvios identificados. Após a análise, as ações corretivas serão implementadas na estrutura nova, garantindo que o ambiente esteja otimizado e seguro.

### **Migração e Configuração de Serviços Microsoft**

Com base na análise e nas correções, a migração e configuração dos serviços Microsoft será realizada para novos servidores com Windows Server 2022 Datacenter:

1. 2 x Active Directory (AD+DNS);
2. File Server;
3. Print Server;
4. Windows Server Update Services (WSUS);
5. Terminal Services (TS);
6. Endpoint Server (Antivirus);
7. SQL Server Standard;
8. VCenter Server;
9. Backup Server;
10. CRM Server (Gerenti);
11. Application Server.

A operação envolverá a migração de dados e configurações de maneira segura e transparente, totalizando a configuração de, no mínimo, 12 VMs Windows.

Para aplicações e serviços de terceiros (não-Microsoft), será disponibilizado um servidor com uma instalação limpa do Windows Server, configurado de acordo com as melhores práticas de segurança e hardening, pronto para que os fornecedores realizem as instalações.

### **Implementação da Solução de Backup**

A implementação da solução de backup deverá ser realizada por um profissional certificado VMCE (Veeam Certified Engineer), garantindo as melhores práticas recomendadas pela Veeam. A solução contará com as seguintes características:

Implementação do Veeam Backup & Replication em uma máquina física dedicada (Backup Server);

Repositório de backup configurado em um servidor físico, dedicado exclusivamente para armazenamento local com repositório imutável em Linux ou Windows, configurado com discos locais, garantindo maior resiliência contra ransomware e outras ameaças;

Configuração de replicação de backups na nuvem, garantindo a redundância e continuidade dos dados em caso de falhas no ambiente local;

Planejamento e configuração de políticas de backup e retenção.

Ativar as funcionalidades do security compliance da Veeam, garantindo as proteções de segurança na estrutura de backup.

## ATIVIDADE DE TESTE DO AMBIENTE MIGRADO

Esta atividade é composta por:

1. Serão realizados testes de forma assistida pela contratante de todo o ambiente migrado, para verificar e validar a integridade e os recursos de alta disponibilidade e características do funcionamento da versão fornecida.
2. Serão realizados testes de forma assistida pela contratante do software de backup, realizando o restore conforme as características do produto (Imagem, arquivo, aplicação).
3. O serviço de instalação só será dado como concluído, mediante documento de aceite dos serviços emitido pela Licitante e devidamente assinado pela contratante;

## DOCUMENTAÇÃO DO AMBIENTE

Após o ambiente todo implantado deverá ser entregue ao CORE-SP um documento detalhado, contendo o desenho do ambiente final atualizado, bem como todas as políticas e definições do ambiente, além de um guia de boas práticas para a administração do ambiente no dia a dia de trabalho.

## TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Durante a implantação de atualização deve haver a transferência de conhecimento técnico das novas tecnologias utilizadas e implantadas na infraestrutura, que tem como objetivo orientar as execuções de tarefas do dia a dia do CORE-SP.

## SUPORTE E GARANTIA

O prazo mínimo de garantia fornecido pelo fabricante de todos os equipamentos deverá ser de 60 (sessenta) meses a contar da data de aceite.

O período de disponibilidade para serviços de manutenção deverá ser de 24 horas por dia e 07 dias na semana, através de contato 0800 e atendimento telefônico em português. Esta garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento com as seguintes condições:

O prazo máximo para atendimento deverá ser de até 30 minutos e o prazo máximo de reparo/solução de qualquer problema que ocasione o chamado do equipamento, contado a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade deverá ser de 06 (seis) horas.

Durante o prazo de garantia deverá ser substituída em no máximo 06 (seis) horas, sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado do(s) equipamento(s);

A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente no Fabricante do item sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da CONTRATADA.

Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software;

A abertura de chamados poderá ser realizada através de Telefone 0800 do Fabricante, através da página da WEB do Fabricante ou através de endereço de e-mail do Fabricante;

A abertura de chamados através de telefone 0800 deverá ser realizada em português para registrar a abertura e acompanhamento dos chamados;

Deverá ser garantido à CONTRATANTE o pleno acesso ao site do Fabricante dos equipamentos e softwares. Esse acesso deve permitir consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários relacionadas aos equipamentos e softwares especificados, além de permitir downloads de quaisquer atualizações de software ou documentação deste produto;

Assistência Técnica: Durante o prazo de vigência da garantia, os chamados deverão ser abertos diretamente com o fabricante, sem a necessidade de intermédio da empresa vendedora.

Como parte do processo de implantação e estabilização da infraestrutura, faz-se necessário, por parte da CONTRATADA, o provimento de 30(trinta) dias de suporte especializado em VMware, Storage, Microsoft Windows e Veeam Backup, após o aceite formal da CONTRATANTE referente a instalação da solução como um todo.

#### **4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.1.1. O fornecedor deve, no período de garantia da solução, garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações, no âmbito do que couber em suas intervenções, de modo a propiciar a disponibilidade da solução de TIC contratada, evitando o vazamento de dados e fraudes digitais; possibilitar a rastreabilidade para manter trilha de auditoria de segurança da informação em seus acessos; assegurar a continuidade do negócio implementado pela solução; realizar o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; assegurar a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada.

#### **4.16. Vistoria**

4.16.1. Não é obrigatória a realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, contudo é permitida.

4.16.2. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3243-5508 e formalizado pelo e-mail: ricardo.tejada@core-sp.org.br, com cópia para o e-mail: licitacoes@core-sp.org.br.

4.16.2.1. A vistoria técnica tem por finalidade proporcionar o levantamento de requisitos, a fim de entender o projeto e a disposição em que os novos equipamentos ofertados na contratação devem ser instalados e configurados, a forma de comunicação entre eles e o esforço para a migração dos dados.

4.16.3. Caso seja do interesse, serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.4.1. Preferencialmente a vistoria deve ser realizada por profissional habilitado para os serviços relacionados e será conduzida e acompanhada pelo Coordenador de Infraestrutura de TI.

4.16.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Contratação Direta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.16.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.16.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.16.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **4.17. Sustentabilidade**

4.17.1. Os critérios de sustentabilidade foram descritos no item 4.7. *Requisitos sociais, ambientais e culturais*.

#### **4.18. Garantia da contratação**

4.18.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.18.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.18.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.18.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. Papéis e responsabilidades

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Notas de Empenho ou instrumento equivalente, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;



5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

5.2.10. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do Contrato em questão.

5.2.12. Disponibilizar profissionais com habilidades para as ferramentas, tecnologias ou versões que vierem a ser adotadas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato.

5.2.13. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.2.14. Realizar e manter atualizado o cadastro de seus representantes legais no Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE para fins de comunicação, assinatura de termos contratuais e aditivos.

5.2.15. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

## 6. Modelo de execução do contrato

### 6.1. Local e horário da prestação dos serviços

6.1.1. A execução dos serviços deverá ser exclusivamente de forma presencial no seguinte endereço: Sede do Core-SP na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 61, 5º andar - CEP: 01317-000, Bela Vista - São Paulo/SP.

6.1.2. O deslocamento de prestador de serviço da CONTRATADA para o Core-SP, não implicará, de nenhuma forma, o acréscimo ou majoração nos valores dos serviços, bem como nenhum tipo de pagamento correspondente a deslocamentos, diárias, horas extras ou adicionais noturnos.

6.1.2.1. A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.1.3. É possível a alteração destes endereços. Neste caso, o Core-SP deverá informar a alteração por meio de correio eletrônico, dispensando alteração contratual.

6.1.4. Os serviços, presenciais, serão prestados no horário entre 9h00 e 20h00.

### 6.2. Formas de transferência de conhecimento

6.2.1. A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE na migração reversa dos dados (da plataforma da contratada para os softwares substitutos utilizados no localmente ou em nuvem) em caso de descontinuidade contratual.

6.2.1.1. As licenças serão disponibilizadas no máximo após 10 (dez) dias do recebimento dos equipamentos.

6.2.2. Em até um mês antes do encerramento do contrato ou sua eventual prorrogação, a CONTRATADA deverá providenciar a adaptação do ambiente a futuras tecnologias disponíveis na CONTRATANTE.

6.2.3. Ao final do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a realizar a transferência de conhecimento tecnológico necessária à plena utilização da solução desenvolvida à equipe interna da CONTRATANTE e, se for o caso, à futura empresa CONTRATADA que for assumir os serviços escopo desta contratação. Esta transferência deverá ocorrer na sede do CONTRATANTE e às custas da CONTRATADA.

6.2.4. No caso de nova contratação, a CONTRATADA deverá participar de todas as reuniões marcadas pela CONTRATANTE com a nova CONTRATADA para apresentação dos documentos necessários e para a transição contratual. Conforme o caso, os documentos a serem utilizados deverão ser baseados em relatórios e informações técnicas necessárias à absorção pela nova empresa CONTRATADA.

6.2.5. A entrega final dos produtos gerados e de toda documentação não exime a CONTRATADA da obrigação de repasse mensal de conhecimento, ou a critério da CONTRATANTE.

6.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos antes do término de seu contrato, um plano para transferência de conhecimentos. Este plano deverá conter, pelo menos, a revisão de toda a documentação gerada, de todos os serviços prestados, acrescido de lista com credenciais administrativas, topologias, diagramas de rede, bases de conhecimento e quaisquer outros documentos que sejam adequados ao correto entendimento do serviço executado, dos procedimentos que o envolverem e de todo histórico de demandas, além de descrever a metodologia que será utilizada para transferir o conhecimento aos técnicos da CONTRATANTE e, se for o caso, à futura empresa CONTRATADA.

6.2.7. Nesta ocasião, deverão ser devolvidos todos os recursos disponibilizados pela CONTRATANTE de uso pela CONTRATADA durante a execução do contrato nas mesmas condições que foram disponibilizados, excetuando o desgaste natural do recurso, ou seja, aquele que não caracterize mau uso por parte da CONTRATADA. Na impossibilidade de devolução dos recursos nas mesmas condições, a CONTRATADA fará a reposição destes recursos sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

6.2.8. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição contratual, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a às penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e na legislação vigente pertinente, no Contrato e no Termo de Referência.

### **6.3. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle da solução**

6.3.1. Cada Nota de empenho ou instrumento equivalente conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

### **6.4. Mecanismos formais de comunicação**

6.4.1. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á de forma escrita por meio dos seguintes instrumentos:

6.4.1.1. Ordem de Serviço;

6.4.1.2. sistema de gerenciamento de serviços de TIC (ITSM);

6.4.1.3. e-mails;

6.4.1.4. cartas;

6.4.1.5. ofício;

6.4.1.6. registros e atas de reunião;

6.4.1.7. plataforma eletrônica de comunicação aderida pela CONTRATANTE (por exemplo: rocket.chat, Microsoft Teams etc.).

6.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone por meio do qual seja possível contato direto com a CONTRATANTE.

### **6.5. Formas de Pagamento**

6.5.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

### **6.6. Manutenção de sigilo e normas de segurança**

6.6.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

6.6.2. Deverá ser assinado Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato (ANEXO III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Confidencialidade e Sigilo).

6.6.3. Deverá ser assinado Termo de Ciência por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, independente de prestarem serviço presencial ou remotamente (ANEXO III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Confidencialidade e Sigilo).

## 7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

### **Crítérios de Aceitação**

7.19. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.19.1. Somente será considerada aceita a solução, após a mesma atender todos os requisitos de instalação, configuração, ativação, testes de capacidade, desempenho, conectividade e segurança.

7.19.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.19.3. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.19.4. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.19.5. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.19.6. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.19.7. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.19.8. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.19.9. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.19.10. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

#### Procedimentos de Teste e Inspeção

7.20. A equipe de tecnologia da informação irá proceder todos os testes necessários para inspeção da conectividade e funcionalidades correspondentes a implantação da solução de TIC.

7.21. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

#### Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.22. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.

<b>Instrumento de medição</b>	Nota de Empenho, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma.  Será subtraída a data de entrega dos produtos da Nota de Empenho (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da Nota de Empenho.
<b>Periodicidade</b>	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da Nota de Empenho;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da Nota de Empenho, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da Nota de Empenho.</p> <p>A data de início será aquela constante na Nota de Empenho; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da Nota de Empenho.</p> <p>A data de entrega da Nota de Empenho deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da Nota de Empenho continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da Nota de Empenho e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da Nota de Empenho – constante na Nota de Empenho, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
<b>Observações</b>	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da Nota de Empenho.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da Nota de Empenho;</p> <p>De 1 a 90 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da Nota de Empenho ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 90 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor Nota de Empenho ou fração em atraso.</p>



7.23. A instalação dos equipamentos físicos, deverá atender os padrões de qualidade estabelecidos pelo fabricante de cada equipamento, segundo as melhores práticas de TIC e as normas vigentes;

7.24. A instalação dos softwares, deverá atender os padrões de qualidade, confiabilidade, segurança, atualização, conectividade, ativação, integração, sincronização, resiliência e garantia, de acordo com cada pacote específico (bundle ou Suite);

7.25. A entrega da solução como um todo deverá atender os requisitos estabelecidos nos itens 2, 3 e 4 deste Termo de referência.

#### Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.26. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à reunião inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa 1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 10% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de até 5% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 dias úteis.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato.
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas etc.).	A Contratada será impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades de correntes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 14.133 /2021.
9	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais,	A Contratada será impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do



	provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 14.133 /2021.
10	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 14.133 /2021.
11	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 14.133 /2021.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% (dois por cento) do valor total do Contrato.

7.27. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

7.27.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.27.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### **Critérios de medição e de pagamento**

#### **Recebimento do objeto**

7.28. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.29. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.30. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.31. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

7.32. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.33. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.34. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.35. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.36. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.36.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.37. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.37.1. o prazo de validade;

7.37.2. a data da emissão;

7.37.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.37.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.37.5. o valor a pagar; e

7.37.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.38. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.39. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.40. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.41. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.42. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.43. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.44. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.45. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.46. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)** de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.47. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, preferencialmente por boleto bancário e excepcionalmente por

transferência Bancária a ser creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material/serviço tenha sido entregue/prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.48. O Boleto Bancário deverá estar regularmente instruído, como CEDENTE a Contratada, como SACADO o Contratante (Core-SP) e sem nenhum tipo de antecipação do recebível. Sendo que o pagamento será efetuado única e exclusivamente para a Contratada.

7.49. A CONTRATANTE seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras.

7.50. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do Core- SP, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo no setor Financeiro.

7.51. O Core-SP reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o material/serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

7.52. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE.

7.52.1 Na Nota Fiscal emitida para a CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

7.52.2. Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo um (1) o número da nota de empenho, no campo dois (2) o número do processo, e ainda se o (3) "Documento foi emitido por ME ou EPP Optante Simples Nacional ou não", acompanhado do respectivo comprovante.

 60.746.179/0001-52	Nota de empenho  197	Exercício 2021
Número: 197 Tipo: Global	 Processo: 045/2021 Modalidade Contratada: Dispensa	 Emissão: 31/08/2021

**Figura 1: Exemplo de cabeçalho da Nota de empenho com as informações para a contratada informar na nota fiscal.**

7.53. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

7.54. O boleto bancário das empresas Não Optantes do Simples Nacional deverá ser emitido no valor líquido, ou seja, excluído o valor de impostos, considerando que cabe ao Core-SP a retenção dos tributos federais, conforme legislação acima citada.

7.55. O setor financeiro do Core-SP encaminhará via e-mail o comprovante dos impostos retidos para a Contratada.

7.56. No caso da CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

7.57. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

7.58. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

7.59. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.

7.60. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

7.61. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

**Antecipação de pagamento**

7.62. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

**Cessão de crédito**

7.63. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

**8. Do reajuste**

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

8.1.1. O Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) é um índice de correção monetária criado pelo Poder Executivo Federal e utilizado em contratos de prestação de serviços na área de TI.

**9. Critérios de seleção do fornecedor****Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

9.2.1. A empreitada por preço global é a contratação da execução do serviço por preço certo e total.

9.2.2. A adjudicação por preço global justifica-se pela simplificação da gestão e fiscalização do contrato, já que a administração lida com um único fornecedor e dispõe de um corpo enxuto de servidores; pela facilitação do controle de prazos e qualidade, pois um único contratado é responsável por todos os itens; pela redução dos custos de contratação devido à possibilidade de descontos maiores, já que a solução é composta por itens diferentes, mas que englobam o mesmo fornecedor / representante das marcas.

**Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

9.4. <suprimido>

9.5. <suprimido>

**Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultados de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.30. <suprimido>

9.31. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.31.1.1. Fornecimento de 1 (uma) unidade do Servidor HPE DL380, com iLO de gerenciamento remoto, marca: HP - Hewlett Packard, ou solução equivalente / compatível;**

**9.31.1.2. Fornecimento de 1 (uma) unidade do Storage HPE MSA, marca: HP - Hewlett Packard ou solução equivalente / compatível;**

9.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31.5. Na eventualidade de o atestado apresentado não atender às características mínimas exigidas ou não corresponder à marca especificada, caberá à licitante comprovar a equivalência ou compatibilidade de cada item.

9.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.106.634,53

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.106.634,53 (um milhão, cento e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos no anexo: **Apêndice II do Anexo I - Termo de Referência - Tabela dos itens.**

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. Adequação orçamentária

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.053 – Projeto – Ampliação do parque tecnológico	R\$668.993,10
Referente aos itens: 01 ao 05 (R\$ 657.569,13).	
TOTAL GERAL	R\$668.993,10

6.2.2.1.1.02.01.03.007 - Sistemas e Licenças de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.053 – Projeto – Ampliação do parque tecnológico	R\$509.000,00
Referente aos itens: 06 ao 13 (R\$ 382.215,40).	
TOTAL GERAL	R\$509.000,00

6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.002 – Atividade - Manter a estrutura operacional de tecnologia da informação	R\$ 137.872,58
Referente aos itens: 14 (R\$ 66.850,00).	
TOTAL GERAL	R\$ 137.872,58

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenador de Tecnologia da Informação

**RICARDO TEJADA**  
Demandante

Despacho: Diretor-Presidente

**JOSE LUIZ ABRANTES PEREIRA**  
Autoridade competente



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice II do Anexo I - Tabela dos Itens.xlsx (496.5 KB)
- Anexo II - Estudo Técnico Preliminar - Infraestrutura TI.docx (3.93 MB)
- Anexo III - 01\_DFD\_INFRAESTRUTURA\_TI\_25.09.2024\_assinado\_assinado\_assinado.pdf (398.98 KB)
- Anexo IV - 09\_ANEXO\_VI\_MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS\_14.10.2024.docx (68.61 KB)

**Anexo III - 01\_DFD\_INFRAESTRUTURA\_TI\_25.09.2024  
\_assinado\_assinado\_assinado.pdf**



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP

São Paulo, 19 de junho de 2024.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

D.F.D. nº 78/2024.

1 – Identificação da área requisitante / demandante.

Unidade Requisitante / Demandante: Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Responsável pela demanda: Ricardo Tejada

E-mail: ricardo.tejada@core-sp.org.br

Telefone: (11) 3243-5508

2 – Objeto.

1. Aquisição de equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação, tais como: Servidores, switches, storage, e licenças de software com serviços de instalação, configuração, ativação de licenças, testes, replicação, migração, sincronização, e transferência de conhecimento para operação de novas tecnologias associadas aos equipamentos e softwares adquiridos.

3 – Justificativa da necessidade de contratação.

O Core-SP - Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo, é uma autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional, criada pela Lei nº 4.886/65. Trata-se de um órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de representante comercial nesse Estado.

O Core-SP é uma entidade dotada de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e não recebe nenhuma subvenção do governo federal, tendo todo seu recurso alicerçado nos tributos pagos pelos representantes comerciais.

Conforme acima exposto, para que nossas **atividades finalísticas** sejam bem cumpridas, faz-se necessária a complementação com **atividades meio**, ou seja, aquelas que possibilitam e criam condições favoráveis para o funcionamento da Entidade.

Com base na atual infraestrutura de Tecnologia da Informação, instalada em 2014, tornou-se imperativa a aquisição de novos equipamentos para que o órgão possa se atualizar tecnologicamente e garantir a continuidade dos negócios, com segurança e escalabilidade, haja vista que os equipamentos não possuem mais garantia por parte do fabricante desde 16/08/2021, conforme demonstra-se através das informações contidas no respectivo ETP desta demanda.

Outro fator preponderante para a atualização do hardware é que os softwares exigem cada vez mais recursos tanto em termos de volume quanto de processamento de dados. Soma-se a este cenário o acesso a novos recursos de conexão remota (VPN), a necessidade de guarda de eventos de acesso aos recursos de rede e sistemas (Logs), a aquisição de sistemas de monitoramento e o envio de arquivos de backups para “nuvem”.



## CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO CORE-SP

Devido aos fatores supracitados, os recursos tecnológicos instalados atualmente, tornaram-se obsoletos e de baixo desempenho para atender satisfatoriamente as novas demandas de negócio do Conselho.

### 3.1 – Data pretendida para a conclusão da contratação.

Nesse sentido, solicito que a conclusão do processo de contratação seja **até 31/10/2024**, a referida pretensão justifica-se pelo seguinte motivo:

Faz-se necessário a aquisição até a data acima, afim de não comprometer a infraestrutura responsável pela continuidade dos negócios, especialmente aqueles que afetam diretamente o Representante Comercial, as obrigações legais junto aos órgãos governamentais e o desempenho dos colaboradores, tais como: o sistema de Gestão da Entidade (Gerenti) responsável pelo cadastros e registros dos profissionais da representação comercial, o sistema de folha de pagamento (Riosoft MIX), responsável pelo envio de dados à Receita Federal (e-Social), geração de guias de recolhimento, bem como o sistema de autenticação (login) dos colaboradores na rede de computadores do CORE-SP e a guarda de dados operacionais do órgão. Cabe ressaltar que além do tempo para a aquisição e entrega, ainda se somará o tempo para montagem, instalação, configuração, migração, ativação e testes antes que tais recursos estejam aptos a entrar em produção.

### 3.2 - Grau de prioridade para a compra ou contratação.

Das justificativas e data apresentada solicito que esta demanda seja tratada com **Alta Prioridade**, pelo fato de oferecer riscos de paralisação parcial ou total do órgão, além de falhas dos sistemas mencionados no item 3.1, que impactam diretamente as atividades essenciais deste Conselho. A postergação na realização desta aquisição e contratação de mão-de-obra especializada poderá resultar em danos irreparáveis para a imagem do órgão e seus gestores.

### 3.3 - Vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD.

Considerando que os equipamentos, licenças de software e mão-de-obra necessária para ativação dos recursos estão todos contemplados nesta demanda, não há dependência com objetos de outro documento de formalização de demanda para a sua execução.

## 4 – Descrição Detalhada do Objeto e Quantitativo.

<conforme tabela na próxima página>



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP**

Item	CATSER / CATMAT	Descrição	Marca de referência	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	459951	<b>Servidor</b> com processador Xeon-Silver 4514Y 2.0GHz 16-core 150W, 128Gb memória, armazenamento 2 x 480Gb Sata 6G, porta iLO de gerenciamento remoto, micro SD slot, USB3.0, placa de rede ETH 1Gb – 8 portas, Adaptador com 2 portas de fibra 32Gb, Gabinete 2U para rack, 5 anos de garantia 24x7. <b>Conforme detalhes no termo de referência.</b>	HP - Hewlett Packard	2	Servidor	R\$ 138.834,11	R\$ 277.668,22
02	459951	<b>Servidor</b> com processador Xeon-Silver 4514Y 2.0GHz 16-core 150W, 96Gb memória, armazenamento 2 x 480Gb Sata 6G, porta iLO de gerenciamento remoto, micro SD slot, USB3.0, placa de rede ETH 1Gb – 8 portas, Smart Array 8 baias externas 12G SAS Controladora PCIe plug-in, Gabinete 2U para rack, 5 anos de garantia 24x7. <b>Conforme detalhes no termo de referência</b>	HP - Hewlett Packard	1	Servidor	R\$ 143.047,51	R\$ 143.047,51
03	13174	<b>Storage</b> com 2 portas FC 16Gb, 17 TiB por Controladora, 9 discos SAS 12G 2.4Tb 10k SFF (2.5 in), total de 4 gavetas, suporta até 24 discos na gaveta principal (total 96 discos), 4 cabos LC/LC multimodo OM4 2 fibras 5 metros cada. <b>Conforme detalhes no termo de referência.</b>	HP - Hewlett Packard	1	Storage	R\$ 214.400,00	R\$ 214.400,00
04	394040	Switch 1U, 24 portas RJ45 10/100/1000 + 2 portas SFP+, 2 transceivers SFP\SFP+ 1Gb/10Gb. <b>Conforme detalhes no termo de referência.</b>	HP - Hewlett Packard	2	Switch	R\$ 7.323,53	R\$ 14.647,06
05	400431	PDU 1U HPE G2 Basic 3.6kVA/IEC C20 Detachable 16A/100-240V Outlets (20) C13 (2) C19/Vertical	HP - Hewlett Packard	2	(régua tomada)	R\$ 3.714,59	R\$7.429,18
06	27464	Microsoft Windows Server 2022 <b>Datacenter</b> 16 core (20 VMs)	Microsoft	2	Licença	R\$ 59.451,16	R\$ 118.902,32
07	27464	Microsoft Windows Server 2022 <b>Standard</b> (Backup Server)	Microsoft	1	Licença	R\$9.147,60	R\$9.147,60
08	27464	Microsoft Windows Server 2022 - 1 Device <b>CAL</b>	Microsoft	50	Licença	R\$ 307,25	R\$ 15.362,50
09	27464	Microsoft Windows Server 2022 <b>Remote Desktop Services</b> - 1 Device <b>CAL</b>	Microsoft	20	Licença	R\$ 1.238,06	R\$ 24.761,20
10	27464	Microsoft <b>SQL</b> Server 2022 <b>Standard</b>	Microsoft	1	Licença	R\$ 8.800,00	R\$ 8.800,00
11	27464	Microsoft <b>SQL</b> Server 2022 Standard 2 Core License pack	Microsoft	8	Licença	R\$2.219,11	R\$17.752,88
12	27464	Software Backup <b>Veeam</b> Data Platform Essentials Universal 5y Subscription License	Veeam	4	Licença	R\$17.500,00	R\$70.200,00
13	27464	<b>vSphere®</b> Essentials Plus Kit 6 Processor Subscription 5y– Setor Público E-LTU	Broadcom	1	Licença	R\$107.500,00	R\$107.500,00
14	26972	Prestação de serviço de Montagem, instalação, configuração, ativação, migração, validação de ambiente de teste e produção e documentação (as built).	Empresa certificada pelo(s) fabricante(s)	1	Serviço	R\$ 51.130,00	R\$ 51.130,00

**Sede:** Av. Brigadeiro Luis Antonio, nº 613 – 5º andar - Bela Vista - São Paulo - CEP 01317-000 - **Sede Administrativa:** Alameda Santos, nº 1787 – Conjunto 61

CEP 01419-906 - Tel.: 11 3243 5500 - E-mail: core@core-sp.org.br - Site: [www.core-sp.org.br](http://www.core-sp.org.br) - **Escritórios Seccionais:**

Araçatuba-SP - Tel: 18 3625 2080

Araraquara-SP - Tel: 16 3332 2630

Bauru-SP - Tel: 14 3214 4318

Campinas-SP - Tel: 19 3236 8867

Marília-SP - Tel: 14 3454 7355

Santos-SP - Tel: 13 3219 7462

Ribeirão Preto-SP - Tel: 16 3964 6636

Rio Claro-SP - Tel: 19 3533 1912

Sorocaba-SP - Tel: 15 3233 4322

São José do Rio Preto-SP - Tel: 17 3211 9953

São José dos Campos-SP - Tel: 12 3922 0508

Presidente Prudente-SP - Tel: 18 3903 6198



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP**

15	21148	Assessoria técnica aos colaboradores de tecnologia da informação do órgão para operação da nova infraestrutura e recursos tecnológicos associados a ela.	Empresa que implantou a solução	1	Serviço	R\$ 0,00	R\$ 0,00
----	-------	--	---------------------------------	---	---------	----------	----------

As especificações técnicas de referência para os itens deste documento, foram obtidas em distribuidores oficiais das marcas supracitadas, com mais de 20 anos de experiência no mercado de tecnologia.

### 5 – Estimativa preliminar do valor da contratação.

Conforme pesquisa realizada junto a empresas do mercado distribuidor de tal tecnologia, o valor **médio total** é de R\$ 1.088.000,00 (Um milhão e oitenta e oito mil reais) que irá nortear o **Agente de Contratação** a instruir o processo de aquisição, sendo necessária a realização de pesquisa de mercado, conforme determina o art. 23 da 14.133/2021 e a IN 65/2021.

### 6 – Fonte de Recurso para atendimento da demanda.

Elementos de despesa:

#### 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.053 – Projeto – Ampliação do parque tecnológico	<b>R\$668.993,10</b>
<b>Referente aos itens: 01 ao 05 (R\$ 654.762,79).</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$668.993,10</b>

#### 6.2.2.1.1.02.01.03.007 - Sistemas e Licenças de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.053 – Projeto – Ampliação do parque tecnológico	<b>R\$509.000,00</b>
<b>Referente aos itens: 06 ao 13 (R\$ 381.644,00).</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$509.000,00</b>

#### 6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de Informática

Disponibilidade orçamentária para a demanda	
Centro de Custo	Total disponível para a contratação
02.05.002 – Atividade - Manter a estrutura operacional de tecnologia da informação	<b>R\$ 137.872,58</b>
<b>Referente aos itens: 14 e 15 (R\$ 51.130,00).</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 137.872,58</b>



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP**

**7 – Indicação do(s) responsável (s) pela Gestão e Fiscalização do Contrato / Nota de Empenho, conforme art. 8º do Decreto 11.246/2022 e art. 117 da Lei 14.133/2021.**

**Gestor: Daniel Mitsuru Yasunaka**

**Matrícula: 354**

**Fiscal: Bruno Gomes da Silva**

**Matrícula: 367**

**Fiscal Substituto(a): José dos Santos Silva Junior**

**Matrícula: 433**

**( ) Não se aplica.**

**8 – Indicação da Comissão de Recebimento, conforme art. 140 da Lei 14.133/2021.**

**Membro: Ricardo Tejada**

**Matrícula: 345**

**Membro: Bruno Gomes da Silva**

**Matrícula: 367**

**Membro:**

**Matrícula:**

**9 – Do Recebimento.**

**(X) O requisitante.**

**( ) Outro \_\_\_\_\_**

**Matrícula:**

**( ) Não se aplica.**

**10 – Parecer da Coordenadoria Técnica:**

Trata-se de Parecer da Área Técnica acerca da viabilidade do DFD nº 078/2024, o qual foi recepcionado por este que subscreve na data de 17/09/2024.

A descrição descreve nitidamente a demanda, deixando claro o objeto requisitado, sem observações ou ressalvas.

Consoante item 5, verifica-se que a estimativa de preços teve como parâmetro pesquisa direta com fornecedores do ramo. Salienta-se que tais cotações deverão compor os autos do procedimento licitatório, recomenda-se que seja encartado os elementos para observar o art. 5º da IN 65/2024:

*§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:*

*I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;*

*II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:*

*a) descrição do objeto, valor unitário e total;*

*b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;*

*c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;*

*d) data de emissão; e*



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP**

*e) nome completo e identificação do responsável.*

*III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;  
e*

*IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.*

Ponto de atenção refere-se ao prazo exíguo para a data de conclusão pretendida, qual seja: 31/10/2024. Salienta-se que o Setor de Licitações e Contratos necessita racionalizar os procedimentos internos, razão pela qual imprescindível o planejamento prévio pelo Setor responsável, sob pena de prejuízos à Autarquia.

Diante da alta prioridade, tendo em vista o objeto da contratação, em que pese não vinculativa, será devidamente diligenciada no plano de andamento da área técnica.

Em análise ao item 6, verifica-se que a disponibilidade orçamentária suporta os respectivos elementos da despesa, dentro de cada centro de custos, para a contratação sob análise, razão pela qual, nos termos da estimativa supramencionada, há viabilidade orçamentária.

Do exposto, conclui-se que o DFD nº 078/2024 possui condições de ser aprovado pelo ordenador de despesas, uma vez que cumpre os requisitos básicos para instrução do processo administrativo de contratação pública, consoante Lei nº 14.133/2021.

Por fim, cabe destacar que não compete a este órgão técnico opinar sobre custos, cálculos, quantitativos, justificativas, viabilidade jurídica e demais aspectos não relacionados especificadamente ao Setor de Licitações e Contratos.

**11 – Identificação e assinatura do responsável pela formalização da demanda:**

**Ricardo Tejada – Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CORE-SP**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORE-SP**

**12 – Autorização da Execução da Despesa relativa ao(s) material(s) ou serviço(s) especificado(s), conforme justificativa da área requisitante / demandante:**

<i>Na qualidade de ordenador de despesas, <b>AUTORIZO</b> a presente contratação / aquisição, devendo ser instaurado processo administrativo, conforme os requisitos descritos e nos termos da Lei nº 14.133/2021.</i>	
<i>Na qualidade de ordenador de despesas, <b>INDEFIRO</b> a presente contratação / aquisição, devendo o Documento de Formalização de Demanda ser arquivado, por não atender os termos da Lei nº 14.133/2021.</i>	
<i>Na qualidade de ordenador de despesas, <b>RESTITUO</b> o presente documento para área demandante, devendo ser corrigido e ou alterado de acordo com o parecer da Coordenadoria Técnica, para atender aos termos da Lei nº 14.133/2021.</i>	